FORA DA APOSENTADORIA

Profissionais do Sistema Penitenciário realizam manifestação contra PEC da Previdência

A proposta já havia sido votada em primeira votação no início de julho

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Deputados estaduais aprovaram na quarta-feira, 12, em segunda votação, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2020, que prevê mudanças nas regras das aposentadorias dos servidores públicos estaduais.

Após seis meses de análise pela Casa de Leis, a proposta recebeu 112 emendas, das quais oito são de autoria das lideranças partidárias. A proposta já havia sido votada em primeira votação no início de julho e agora segue para ser sancionada pelo governador Mauro Mendes (DEM).

Apesar de muito debatida, a proposta foi aprovada sob protesto dos servidores. "Nossa luta das emendas ao projeto de reforma da previdência foi em vão. Ontem [quarta] fomos derrotados e traídos por deputados que haviam há muito garantido o voto a nosso favor", declarou a advogada do Sistema Penitenciário, lotada no Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra, Patrícia Crestani.

> Derrotados e traídos por deputados que haviam garantido o voto

Assim, com o objetivo claro de chamar atenção da população, do Judiciário e do Governador, os profissionais de ensino superior e técnico que compõem as equipes multiprofissionais das Unidades Prisionais da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso programaram uma mobilização em frente as unidades Penitenciárias de todo o Estado. "Não é uma paralisação, não é uma greve, é uma manifestação de repúdio a rejeição das nossas emendas", garantem, ao afirmar que a discussão faria justiça aos 481 servidores penitenciários profissionais de nível superior, assistentes e técnicos que ficaram de fora da aposentadoria diferenciada para os servidores da segurança pública.

A mobilização seguiu durante toda a manhã

A mobilização seguiu durante toda a manhã. "Estamos fazendo essa manifestação para agradecer os deputados que votaram favoráveis e repudiando aos que não votaram a favor da nossa emenda".

A PEC da Previdência recebeu 16 votos favoráveis e oito contrários. Votaram contra a PEC da Previdência os deputados Thiago Silva (MDB), Lúdio Cabral (PT), Delegado Claudinei (PSL), Elizeu Nascimento (DC), Janaina Riva (MDB), Allan Kardec (PDT), Valdir Barranco (PT) e Max Russi (PSB).

"Votei com minha consciência", garante Janaina

VOTO CONTRÁRIO

Deputada considera texto prejudicial aos servidores

A PEC teve 112 emendas e foi aprovada por 16 x 8 votos

Laura Petraglia / Assessoria

"Fizemos o possível para negociar, foram meses de tentativa e centenas de emendas apresentadas para que a PEC 06, que trata da reforma da previdência estadual, se tornasse menos prejudicial aos servidores públicos de Mato Grosso. Como não houve os avanços que considerava adequados entre o governo do estado e os servidores públicos, mantive meu voto pela reprovação da PEC. Votei com minha consciência e mantendo a coerência na minha defesa aos servidores, mesmo sendo base do governo e mesmo sabendo que a reforma da previdência é essencial para o equilíbrio da balança contribuição x benefícios", lamentou a deputada estadual Janaina Riva (MDB).

Segundo a parlamentar, haviam algumas propostas que estavam consolidadas junto ao Fórum Sindical e que foram apresentadas em forma de emendas pelos parlamentares ao texto original da PEC, mas que não foram aprovadas pela ausência de votos suficientes. "Eu e os deputados do bloco Resistência Democrática fizemos o que estava ao nosso alcance, pedimos que as mais de 100 emendas fossem votadas em destaque, uma a uma, votamos favorável a todas elas para tentar amenizar os efeitos da PEC Previdenciária aqui em Mato Grosso. Não conseguimos fazer muito, mas fizemos o nosso máximo, adiamos a votação até onde deu para tentar uma negociação que infelizmente não houve", explicou.

A PEC teve 112 emendas apresentadas e foi aprovada em segunda votação por 16 x 8 votos, numa sessão que durou aproximadamente 6 horas. Dentre as alterações principais que a PEC 06 traz, está o aumento da idade mínima de aposentadoria de 55 para 62 anos para mulheres e de 60 para 65 anos para homens. As carreiras da área de segurança e os professores passam a ter regras próprias. A aposentadoria compulsória permanece aos 75 anos para todos os servidores.